

DOR, REVOLTA E OUTROS MATIZES: ANÁLISES POLÍTICO-AFETIVAS DA VIOLÊNCIA URBANA
PAIN, REBELLION, AND OTHER NUANCES: POLITICAL-AFFECTIVE ANALYSIS OF URBAN VIOLENCE

Alexandre Franca Barreto

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Recife, Brasil

Benedito Medrado e Marion Teodósio de Quadros

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de promover reflexões político-conceituais sobre violência urbana, elegendo as emoções como categoria de análise. Para tanto, este artigo tomou, como *corpus* empírico, registros etnográficos e entrevistas realizadas com homens jovens egressos do Programa de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (Programa Liberdade Assistida), em Olinda – PE, focalizando as categorias “dor” e “revolta” como elementos importantes da análise discursiva produzidas por eles sobre desigualdades sociais. Em linhas gerais, a análise aqui produzida baseia-se em um debate sobre os afetos como potencial categoria de análise psicossocial na interface com análises multidimensionais, que incluem gênero, classe, raça/etnia e geração.

Palavras-chaves: violência; afeto; gênero.

ABSTRACT

The objective of this paper is to promote political-conceptual reflection on urban violence using emotions as a category of analysis. As such, this article takes ethnographic records and interviews with young male coming from the Adolescents in Conflict with the Law program (Programa Liberdade Assistida) in Olinda, Pernambuco as its empirical core, while focusing on the categories “pain” and “rebellion” as important elements of a discursive analysis of social inequalities produced by the participants themselves. In general, this analysis is based on a debate about “affect” as a potential category of psychosocial analysis in conjunction with a multi-dimensional analysis that includes gender, class, race/ ethnicity, and generation.

Keywords: violence; affect; gender.

O ponto de partida deste trabalho são reflexões que produzimos a partir de experiências profissionais e de pesquisa desenvolvidas junto a jovens¹ assistidos em Programa de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (Programa Liberdade Assistida)² e seus familiares, seguindo de uma imersão no campo dos estudos de gênero/feministas e de aproximações ao campo de estudos da antropologia das emoções. Este mosaico de fragmentos, experienciais e teórico-políticos, (re)veste cada frase deste texto que se alimenta de muita reflexão, emoção e militância diante do desafio transdisciplinar de trabalhar/estudar conflitos sociais e urbanos.

Percebemos uma recorrência no relato de casos envolvendo *homens jovens, pobres e negros* como principais protagonistas de infrações (Adorno, 2000; Batista, 2005; Minayo, 2005; Schraiber, Gomes & Couto, 2005; Souza, 2005. Souza & Lima, 2006; Zaluar, 1999), o que nos impulsionou a leituras que

evidenciam dimensões de gênero, raça/cor e classe diante do fenômeno da violência urbana, equalizando o foco de nosso olhar sobre este cenário. Nas medidas socioeducativas, mais de 90% do público atendido é composto por homens. Além disso, há uma grande incidência de casos onde homens jovens, pobres e negros estão envolvidos com episódios de infração, e vítimas de homicídios são recorrentes nos estudos desta área (Assis, 1999; Barros, 2003; Brito, 2000; Ribeiro, 2006; Rocha, 2002).

No último levantamento estatístico da população de adolescentes privados de liberdade, realizado em 2009 pelo governo federal, 96% da população era masculina. Havia um número de 14.732 homens para 640 mulheres privados/as de liberdade no território nacional (Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2009). Este dado parece reforçar o discurso de homem como violento e perigoso.

Neste artigo fazemos uma leitura psicossocial dessa população, baseada em uma abordagem antropológica e no método etnográfico, a partir de uma pesquisa de mestrado intitulada “Gênero, Corpo, Emoção e Medidas Socioeducativas: Uma aproximação da violência urbana” (Barreto, 2007) realizada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Por se tratar de uma pesquisa etnográfica, os registros aqui expostos foram feitos em diário de campo, a partir de observações e conversas informais no cotidiano da relação de campo construída. Na pesquisa de mestrado analisamos mais atentamente relatos e experiências de alguns homens jovens egressos do sistema socioeducativo que, diante da vulnerabilidade social e dos limites das políticas públicas, conseguiram continuar suas vidas e investir em projetos pessoais e familiares em acordo com as normas sociais. No total, 04 jovens foram acompanhados, Will, Dinho, Toco e Douglas³. Todos tiveram passagens pelo Sistema Socioeducativo em diversas medidas (Internação, Semiliberdade, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço Comunitário), com duração média de 4 anos cada. Abaixo fazemos uma descrição de eventos significativos de suas vidas.

Will tinha 20 anos na época da pesquisa. Negro, viveu a maior parte de sua infância nas ruas do Recife. Conheceu seu pai no final de sua infância, ao visitá-lo em um presídio. Sua genitora fazia programas sexuais para sustentar o jovem e outra filha quando eram crianças. Ele começou a trabalhar cedo, realizando biscates nas ruas do Recife (carregando cargas no Porto e engraxando sapatos). Teve uma entrada tardia e frágil na escola, cursava a quarta série do primeiro grau quando nos encontramos. Suas infrações iniciaram quando ele tinha cerca de 12 anos e consistia em realizar arrombamentos continuamente, ao longo de quatro 4 anos, nos quais ele foi pego três vezes pelos policiais. Das duas primeiras vezes, não houve encaminhamento jurídico, embora ele tenha sofrido agressões físicas de policiais. Na terceira vez, além de agredido, foi submetido a processo jurídico. Will fez uso de drogas, álcool, crack, inalantes, e fumava a maconha frequentemente na época de nossa pesquisa.

Dinho era afro-descendente, tinha 21 anos, quando conversamos e viveu toda sua infância e juventude em um bairro da periferia de Olinda com sua genitora e irmãos. Tem pouquíssimo contato com seu pai, que também conheceu tardiamente. Cursava a oitava série do primeiro grau, mas tinha pouca motivação para os estudos. O jovem bebia raramente e não fazia uso de outras drogas. Desde seu internamento aos 14 anos, após sofrer inúmeras violências físicas que

resultaram em um adoecimento severo e quase morte do jovem, ele vive episódios de intenso embotamento afetivo com baixo nível de motivação para atividades sociais. Contudo, Dinho foi pai aos 18 anos e cuida de seu filho com o apoio de sua genitora.

Toco, que estava com 18 anos na época da nossa pesquisa, era um jovem negro que viveu toda sua vida em uma favela de Olinda, a princípio morando em um barraco com seu irmão, genitora e padrasto durante parte da infância. Após uma briga entre a genitora e o padrasto, na qual nosso interlocutor defendeu fisicamente sua mãe, foi embora de casa, para morar com outros parentes na mesma localidade. Ainda criança, com cerca de 9 anos, começou a fazer alguns biscates e, no período de nossa pesquisa, vendia algodão-doce. No final de sua infância passou a fazer uso de “loló” e outros inalantes, depois fez uso de maconha, crack e bebidas alcoólicas. Com cerca de 11 anos passou a arrombar carros no entorno da favela (prática muito comum entre os seus pares) e, com o passar do tempo, foi aumentando a frequência dessa prática. Quando tinha 14 anos foi preso.

Douglas viveu com sua mãe e irmão por toda a vida. No período de nossa pesquisa, tinha 21 anos, estava cursando o segundo ano do segundo grau e prestes a morar com sua namorada, que havia engravidado. Seu irmão, alguns anos mais velho, estava preso por assalto. O jovem relatou que ocorreu uma derrocada financeira no período de sua infância, pois sua mãe perdeu a maioria dos bens e seu pai nunca ajudava. Enfatizou que sempre gostou de rua e com cerca de 12 anos aprendeu as “malícias”. Nessa época, começou a usar maconha (sua preferida) e outras drogas (álcool, crack e inalantes) e a realizar pequenos furtos com colegas da comunidade, esporadicamente. Com cerca de 16 anos foi preso por uma tentativa de assalto. Passou nove meses internado em um Centro de Internação e depois foi cumprir medidas em meio aberto.

Essas informações apresentam um primeiro panorama dos homens jovens pesquisados. Adiante serão analisados elementos específicos de suas trajetórias.

Nossa análise destaca os afetos – no jogo multidimensional que integra gênero, raça e classe – como importantes elementos para a análise e intervenção política junto a jovens em programas como o L. A.

O artigo possui adiante mais quatro partes. Na primeira parte discutimos as referências teóricas tanto da antropologia como da psicologia para uma análise psicossocial das emoções. Já na segunda e na terceira

nos dedicaremos a realizar uma análise psicossocial das emoções a partir das categorias “dor” e “revolta”, respectivamente. Por fim, construímos nossas considerações finais acerca do trabalho.

Emoção: dialogando com a antropologia e a psicologia social

Textos clássicos da antropologia e da sociologia já anunciavam como os afetos também devem ser compreendidos a partir de uma interpretação das culturas (a exemplo do estudo de Mauss, 1981). As emoções assim parecem ser um *locus* privilegiado para o debate da simultaneidade presente entre o individual e o coletivo.

Nesse sentido, Jaggar (1997) argumenta que, embora “o caráter aparentemente individual e involuntário da experiência emocional” seja “frequentemente considerado como prova de que as emoções são respostas pré-sociais, instintivas, determinadas por nossa constituição biológica” (p. 163), as emoções são resultado de processos socialmente produzidos. Para tanto, ela destaca que as crianças, por exemplo, aprendem aquilo que sua cultura define como respostas apropriadas a certas situações, a partir das quais ela constrói julgamentos e predisposições emocionais. Nas palavras de Jaggar (1997):

Se as emoções envolvem necessariamente julgamentos, requerem obviamente conceitos que possam ser vistos como maneiras socialmente construídas de organizar e compreender o mundo. Por essa razão, as emoções são simultaneamente tornadas possíveis e limitadas pelos recursos conceituais e lingüísticos de uma sociedade. Essa afirmação filosófica é corroborada pela observação empírica da variabilidade cultural da emoção. (p. 164)

Contudo, a autora não ousa dizer que as emoções coletivas de um grupo precedem historicamente ou são logicamente anteriores às emoções dos indivíduos. Ao contrário, ela aposta na interface indivíduo-sociedade. O argumento de Jaggar (1997), que serve como ponto de partida de nossa análise, é que a experiência emocional, comumente considerada individual é, ao mesmo tempo, uma experiência social.

Em pesquisa sobre a amizade, Rezende (2002) faz uma breve revisão dos estudos antropológicos sobre as emoções. Localizando-se no campo da “antropologia das emoções”, a autora inicia comentando estudos clássicos até chegar a trabalhos contemporâneos norte-americanos, bem como pesquisas brasileiras que privilegiam a análise das emoções e apresentam

questões teóricas comuns, compreendendo as emoções como “construções culturais” vinculadas a determinadas sociedades ou a camadas sociais dentro de uma sociedade.

Apoiada nesses estudos, Rezende argumenta que as emoções:

devem ser vistas como elementos de práticas ideológicas locais, que envolvem negociações sobre o significado dos eventos, sobre direitos e moralidade, sobre o controle dos recursos, enfim, sobre todas as esferas da vida social ... as emoções são tomadas como um idioma que define e negocia as relações sociais entre uma pessoa e as outras ... mais do que tratar um discurso emotivo como meio de expressão dos sentimentos (que, segundo uma visão ocidental moderna, estariam situados “dentro” da pessoa), ele deve ser analisado enquanto um conjunto de atos pragmáticos e *performances* comunicativas, tanto sobre emoções como sobre aspectos tão variados como relações de gênero e de classe. (2002, p. 74)

Apesar deste campo na antropologia, na psicologia as emoções têm-se constituído, nos estudos científicos, como objeto de análises subjetivas e individualistas, amparadas em aspectos fisiológicos e organicistas, com pouco diálogo com leituras culturais mais amplas. Por outro lado, alguns teóricos permitem a compreensão da emoção como dimensão psicossocial importante para a análise e intervenção psicossocial. É válido destacar que as emoções ainda ocupam lugar marginal nas análises psicossociais sobre o tema deste trabalho.

Reich (2004) foi um teórico pioneiro no “campo psi” a oferecer uma reflexão psicossocial das emoções, buscando, por meio de sua compreensão psicossomática, de algum modo, integrar o corpo metafísico e o corpo biofísico (mente-corpo). Sua visão integradora possibilitou compreender o componente fisiológico da emoção inerente aos processos orgânicos, bem como perceber a indissociabilidade entre a estrutura corporal e os hábitos culturais. Reich se debruçou sobre estudos da biologia e da antropologia para fundamentar seus achados, formulando de início o que poderíamos chamar de uma “psicanálise marxista”, discutindo profundamente o impacto da repressão sexual e do patriarcado nas estruturas subjetivas e coletivas da sociedade, na propagação do que ele chamou de pior epidemia de todos os tempos da humanidade, “a peste emocional”, responsável pela impossibilidade de se viver com a plenitude dos corpos individuais e coletivos, uma limitação na capacidade de viver o amor (Reich, 1995, 2004).

Nos estudos de psicologia social feitos no Brasil, uma referência de destaque foi Silvia Lane, que enfatizou a emoção como importante categoria para

a investigação sócio-histórica (Lane, 2003; Sawaia, 2007). Suas reflexões tinham por base conceitos e argumentos inspirados na valiosa obra de Vigotski.

Neste trabalho, buscamos costurar uma trama analítica a partir das referências discutidas acima, focando aspectos conceituais que buscam alinhar as leituras culturais de gênero à compreensão das emoções em suas expressões. A emoção é entendida aqui na interface entre a sua expressão e sua significação/valor. A emoção inscreve-se, portanto, muito além da sensação (descrita ou medida por dispositivos biotecnológicos). Inscreve-se, sobretudo, em valores, práticas, avaliações e observações. Poderíamos citar, como exemplo dessa complexa relação emoções-práticas-sentidos-valores, a miríade complexa de sentidos que caracteriza o ato de furtar, a avaliação que se tem sobre esse ato e as observações que podem ser construídas sobre o furto. Assim como a sensação de conquista após um furto bem-sucedido. As emoções também se inscrevem em normatizações culturais e são produzidas a partir de uma complexa teia de dispositivos regulatórios que estimulam e restringem práticas e expressões afetivas aos corpos considerados masculinos ou femininos. Assim, no presente artigo, estaremos analisando o discurso emotivo enquanto um conjunto de atos pragmáticos e *performances* comunicativas, levando em conta as emoções e as dimensões de gênero, raça e classe que estão presentes nas negociações das relações sociais (Rezende, 2002).

A dor dos algozes

Como dito anteriormente, as emoções são aqui entendidas como construções sociais, na interface indissociável eu-outro. Do mesmo modo, a relação entre a experiência emocional de um indivíduo e aquela do grupo a que ele pertence pode ser expressa pela analogia da relação entre o enunciado – expressão particular – e a linguagem: contexto que inclui usos e efeitos que dão sentido ao enunciado. Como destaca Jaggar (1997), para a palavra ter um significado pressupõe que faça parte de um sistema linguístico; do contrário não teria sentido, assim como a linguagem em si não tem outro significado além do presente nas palavras com que é composta e de sua disposição gramatical e semântica.

Dessa forma, as palavras que adotamos aqui para dar sentido às emoções inscritas nas histórias dos homens jovens – em especial a dor, que será a expressão das emoções, enfatizada neste tópico – são nomeações dadas por nós, produzidas nos diálogos com os jovens e no processo interpretativo. Portanto,

o uso da palavra que fazemos aqui é instrumental para gerar inteligibilidade sobre as emoções, mas não as encerram e podem ser dadas outras nomenclaturas e outras formas expressivas. Além disso, vale ressaltar que os homens jovens pesquisados não referem diretamente a palavra “dor” para dar sentido às suas vivências, pelo menos não na dimensão adotada aqui neste texto. Afinal, talvez o grande problema que iremos empreender aqui é justamente refletir sobre a legitimidade e o reconhecimento da dor em suas trajetórias e na vida de outras pessoas com as quais esses jovens se relacionaram em suas trajetórias.

Sobre esse aspecto, Silvia Lane (2003) argumenta que nem sempre somos capazes de identificar as emoções por palavras, embora elas (as dores) “permanecem atuando inconscientemente” (p. 108), na medida em que “sentir uma emoção pode ser dissociado de uma palavra” (p. 109). Contudo, a autora reforça a necessidade de dar luz às emoções reprimidas para que possam ser transformadas em afetos nomeados, sendo, às vezes, necessário procurar suas raízes/origens históricas (2003, p.109).

Nossa hipótese é que “conceitos normativos” de gênero, associados às dimensões de classe, raça/etnia e geração, atuam diretamente sobre os homens jovens para que o vocábulo “dor” não faça parte de suas práticas discursivas (Spink & Medrado, 1999), o que poderia resultar em “dores” sociais ainda maiores. Apoiamos esta hipótese tanto nas trocas dialógicas que pudemos estabelecer com esses jovens como por literatura que busca estudar a masculinidade como construção de gênero (Almeida, 1995; Connell, 1995; Figueroa-Perea, 1998; Medrado & Lyra, 2008; Quadros & Lewis, 2011a).

O significado de “dor” no dicionário compreende a “impressão desagradável ou penosa, proveniente de lesão, contusão ou estado orgânico anômalo; mágoa, pesar” (Ferreira, 1985). O substantivo “dor” deriva do latim “dolor”, “-oris”, que significa dor física, sofrimento corporal, tormento, inquietação, ira, raiva, formado a partir do verbo **doleo, -ui, -itum**, doer, sentir dor, sofrer (física e moralmente). Outra possibilidade de análise etimológica vem de “dolo” que significa culpa, a palavra pain (dor em inglês) tem a mesma raiz que pena e punição. Essa definição já engloba, em princípio, a materialidade e a subjetividade da dor. Porém, os usos diversos dessa palavra apontam para várias possibilidades de significação na contemporaneidade, que ultrapassam a dicotomia subjetivo-objetivo.

Hoje, a dor é objeto de interesse do mercado farmacêutico e de inúmeros especialistas; mobiliza

uma série de recursos públicos e privados, bem como alimenta o cotidiano de uma série de sociedades tecnocientíficas nacionais e internacionais⁴ que a tratam como foco de intervenção profissional⁵.

Nos estudos antropológicos também podemos encontrar abordagens que fazem aproximações com a problemática da dor e do sofrimento, em destaque os estudos de antropologia da saúde. Duarte (1998) comenta que o sofrimento e a dor são adotados “para lidar com a dimensão estranha do adoecimento... quer se entenda no sentido ‘físico’ mais restrito, quer se entenda no sentido ‘moral’, abrangente... e que engloba, inclui, o sentido físico” (p. 13).

Nas narrativas autobiográficas dos jovens, a dor, além de pouco nomeada, não nos aparece associada a relatos de adoecimento, mas antes de tudo à ordem da moralidade que modela experiências. Nos relatos dos jovens pesquisados é perceptível como essa dor, marcada pela relação entre moralidade e controle, permeia suas vidas. A vivência na rua; as violências que os jovens e suas famílias sofreram nesses espaços; doenças que adquiriram; as agressões de pares; as referências masculinas – violentas e indiferentes – que surgiram frequentemente nas famílias; a presença em situações de assassinato e ou mortes prematuras de membros da família (pais e figuras de referência); a morte de pares; o sofrimento que diziam ter causado às mães; as violências policiais sofridas; as violências sexuais; as humilhações e desconfiças; a discriminação racial; as crises financeiras, a experiência da pobreza e a falta de dinheiro para satisfazer as necessidades; enfim, a lista é numerosa e diversa, deflagrando contínuos episódios que vão alimentando a dor.

Porém, apesar destas “fraturas expostas” na história desses homens jovens, um outro componente da dor percebida no contato com eles é a sua pouca expressão na palavra. Ou seja, o não uso do vocábulo “dor” chama a atenção e nos provoca várias indagações: essa dor existe para eles? Existe um significante e um significado que possa expressar esse sentimento? Faz parte de seu repertório linguístico, ainda que o vocábulo não seja usado? Existe uma palavra (ainda que não seja necessariamente “dor”)? Seriam assim considerados “algozes” desprovidos da capacidade de nomear a dor?

Em momentos do trabalho de campo com os jovens, as narrativas eram embotadas e as informações eram produzidas por expressões corporais, choros, silêncios e a negação de falar sobre determinado tema, que pareciam comunicar: Para mim é difícil falar sobre isso. Não sei como tratar deste assunto a

partir da verbalização do que sinto e vivi, não quero resgatar (reviver) minha memória desta experiência ou ainda este é um assunto que me trouxe e pode me fazer sentir dor.

A resistência à fala e a recorrente produção de outras expressões discursivas (gestuais, corporais) mostravam-se mais expressivas em diálogos sobre temas relativos a situações de violência sofrida, a distanciamento ou perda de parentes e pessoas próximas, ou ainda a situações em geral que pareciam gerar sofrimento nesses jovens. Vale ressaltar que estudos sobre homens e masculinidades, produzidos especialmente a partir da década de 1990, vêm ressaltando a dificuldade de muitos homens relatarem suas “dores íntimas” (Almeida, 1995; Diógenes, 1998; Nascimento, 1999; Ribeiro, 2006), embora a categoria *honra* seja mais facilmente incorporada nas leituras teóricas sobre essa “resistência” (Leal & Boff, 1996).

Além disso, pesquisas com homens, especialmente jovens, destacam a resistência, mistificação e superação da dor como provas de virilidade. Muitos rituais e práticas masculinas procuram iniciar jovens homens em situações de violência física e moral para provar masculinidade. Parece haver um “senso comum” de que o sofrimento e as dores são provas de fraqueza e fragilidade, e de que o poder se estabelece sobre os fracos (Bourdieu, 2003; Diógenes, 1998; Zaluar, 1999).

Como destaca Jurandir Freire Costa (1996), quartel, escola, casa, rua, bares, albergues, mosteiros, prisões, guerra e assim por diante são lugares onde ocorrem recorrentes mecanismos de brutalidade constitutivos do tornar-se homem. Isso não implica colocar os homens na posição de vítima, pois o próprio feminismo já nos alertou que esse não é, decididamente, o caminho da cidadania (Quadros & Lewis, 2011b), mas analisar as questões relacionadas à violência, crime e dor a partir do olhar de gênero e dos processos de socialização que o constituem, para compreender o modo como a construção da brutalidade masculina integra mecanismos de poder e de identidade. Costa (1996) nos traz como “moral da história” as tragédias presentes nas vidas que são ceifadas em plena juventude:

mostra o ferro e o fogo de onde sai a inútil dureza da condição masculina. Precisamos convencer-nos de que ser homem pode ser algo bem mais honrado e digno do que rosnar diante dos indefesos e sacudir a cauda diante de quem tem poder (p. 7).

Os homens jovens pesquisados relatavam que, quando crianças, eram frágeis, adoeciam e eram cuidados por suas mães, tinham medo de máscaras,

fantasias e de ficarem sozinhos. Ao serem considerados adultos, espera-se que sejam fortes e destemidos, sendo que ingressam na vida de “gente grande”, por volta dos 8 a 10 anos de idade, em função da inserção socioeconômica que possuem.

Nos relatos de Douglas, por exemplo, é interessante perceber a caracterização de uma infância descrita a partir da fragilidade pessoal: as dores que sentiu com quedas, os medos do boi-bumbá e as situações de violências que presenciou. Contudo, esses relatos vinham acompanhados de desvalorização moral, a partir de nomeações como “tabacudo” (otário) e “donzelo” (ingenuidade metafóricamente associada à condição de virgindade). Mas, quando passa a falar sobre o início de sua adolescência, seus relatos não têm mais espaço para a fragilidade ou dor, mesmo ao relatar sua prisão e suas experiências nos três primeiros meses de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo quando passou por episódios contínuos de brigas entre pares, com sérias agressões físicas marcadas a ferro e fogo pelas cicatrizes deixadas em corpo, evidenciando ter superado as situações de violência, de ser “caba homem”, coroando a sua “regeneração”.

Os relatos dos outros jovens seguem, de certo modo, esse padrão discursivo de Douglas, pois, apesar das inúmeras situações que insinuam sofrimento e dor, majoritariamente a dimensão da “força” afirmava a impossibilidade de se banharem na dor, ou pelo menos senti-la. Assim acontece na narrativa de Will, quando descreve o falecimento do companheiro de sua mãe, admirado pelo jovem. Em seu relato, as mulheres da família ficam sofrendo e ele assume a responsabilidade pelo provimento financeiro sem entregar-se à dor da perda de um pai substituto. Toco, outro jovem, contou-nos que, quando ainda criança, “brigou” com seu padrasto para proteger a mãe, sendo expulso de casa – não sucumbindo às dores de tal episódio. Ao sair de casa, foi logo aprendendo um ofício e cuidando do provimento financeiro pessoal e de sua mãe.

Esses são apenas alguns episódios que ilustram como os homens jovens atualizam a dor em seus relatos: minimizando o sofrimento e maximizando a superação. Nessas situações, parece haver uma afirmação dos valores de virilidade e honra, mas também a necessidade da supressão da dor. A minimização da dor ou a não publicização direta, vivida em suas trajetórias, comunica-nos, ainda que de forma negada, o ônus dessas práticas.

Chama a atenção também a referência às mulheres como sujeitos que sentem e expressam as dores. Will, por exemplo, chorou em um de nossos diálogos quando referia o sofrimento de sua mãe e de

sua companheira, em virtude da morte do companheiro de sua mãe. Quando mencionou o episódio de sua “prisão”, por outro lado, não houve expressão de dor e sofrimento, menos ainda o choro. Douglas também se comove ao dizer que não quer causar mais dor para sua mãe: “*ela não merece!*”.

Nos relatos dos homens jovens pesquisados, parece que os incômodos e sofrimentos eram comunicados especialmente quando materializados em adoecimento físico, para o qual somente se procurava ajuda “quando estava nas últimas”. Essa resistência à dor e a possibilidade de expressão apenas em casos extremos são também relatadas em pesquisas sobre a relação entre os homens e a resistência ao cuidado de si, que gera obstáculos à promoção à saúde e prevenção de agravos, no contexto da saúde pública (Medrado & Lyra, 2003; Schraiber et al., 2005; Souza, 2005; Souza & Lima, 2006).

Assim, estas práticas de “superação” da dor que constituem formas culturais normativas nas socializações e sociabilidade dos homens (Almeida, 1996) operam em diferentes culturas, produzindo violências legítimas sob os alicerces de uma dor que, parafraseando Oscar Wilde, “não ousa dizer o seu nome”. Assim, os homens são, por um lado, reprimidos em sua dor, mas, talvez como uma “recompensa aos fortes”, autorizados a produzir a dor nos outros e outras, seja nas relações domésticas (Gregori, 1989), seja nas relações entre populações (Connell, 1995).

Nos relatos dos homens jovens que pesquisamos, a escassez de recursos materiais e expressivos de suas relações de afeto parecem favorecer ou justificar práticas violentas, pois operam nas frouxidões institucionais dos abismos entre classes, raças e sexos. As infrações parecem ocupar o lugar de expressão de seus sentimentos a partir da afirmação da masculinidade viril, aquela construída a partir da negação da fragilidade e do medo, por meio de uma economia perversa, num limbo entre a “obrigatoriedade” de suportar as dores, corporais e morais, e a incapacidade expressiva de acessá-las de modo compreensível. A dor pessoal também é uma dor cultural, que comunica agonisticamente o sofrimento.

Esta análise reafirma a interpretação da dor como uma construção social que se inscreve na trajetória desses jovens; se expressa em sua relação normativa com a cultura – nas experiências e sentidos construídos na relação com os “agentes” do Estado, nas suas inserções de gênero, classe, raça e sexualidade, nas relações comunitárias e familiares, e; se faz na própria cultura em que esse sujeito atua – deixando marcas, criando frestas e, em alguns casos, abismos de dores em suas formas de manifestação e negação.

Chama-nos a atenção, também, nos relatos dos jovens pesquisados, a produção de justificativas para suas infrações, que tendem a deslocá-los para a condição de “vítima” e a caracterizar a *revolta* como manifestação reativa.

A (Re)volta das “vítimas”

O que nos chama a atenção neste trabalho é o fato de nossos interlocutores terem uma clara expressão de revolta, ainda que a dor seja de difícil expressão. Ousaríamos dizer que a revolta seria talvez uma forma de expressão da dor que não se permite sentir, frente à defesa da exigida condição de ser forte, nas fronteiras do intolerável.

Com este tempero, as infrações ganham forma. A fronteira moral invadida por uma humilhação ou violência sofrida (seja ela verbal, física, simbólica, psicológica), de forma direta ou indireta, é “retribuída” na forma de outra violência ou transgressão.

Quando nos referimos a formas indiretas (mas nem tanto!) de violência sofrida, estamos chamando atenção, por exemplo, para situações relatadas por Douglas e Toco, que, apesar de não terem comentado diretamente discriminações por sua condição econômica, o fizeram a partir dos relatos de infrações em geral marcadas pelo interesse em acessar bens disponíveis apenas para “quem tem mais grana”.

Will, por sua vez, é direto: em sua narrativa comunica vários episódios em que sentiu a discriminação por classe e raça, afirma humilhações e estigmas perpetrados por pessoas “que tinham dinheiro, passavam de carro e atiravam mangas” e desconfiavam dele, quando trabalhava engraxando sapatos. O jovem afirmava sua opção para “roubar quem tem”, carros e estabelecimentos privados foram suas preferências de locais para cometer infrações. Mas a infração não está relacionada apenas à demanda material, ela também está associada à demanda por recursos simbólicos, simultaneamente. A esse respeito, Luis Eduardo Soares (2000) argumenta que o tráfico armado de drogas nas favelas, por exemplo:

... tinha mais relação com a escassez de recursos simbólicos para a construção positiva das identidades dos meninos, do que com a escassez de recursos materiais para sua sobrevivência física. Ou seja, a fome que leva ao crime é a fome de ser alguém visto, reconhecido e respeitado, e não a fome propriamente dita ... a fome física pode conduzir a desesperos e até a atos extremos, mas dificilmente leva uma pessoa a imersão no mundo do crime ... a não ser com a mediação da revolta, que, associada à falta de perspectiva de identificação positiva, transformar-

se em duplo ódio, contra si próprio (vazio de valor) e contra o mundo (na qual não há espaço para uma integração que valorize positivamente o portador do ódio). (p. 158)

Talvez o “ódio contra si próprio” enunciado por Soares (2000), muitas vezes denunciado como vazio de “valor”, opere simultaneamente com o vazio e o preenchimento da “dor”. Os jovens, ao praticarem suas infrações, reificam relações agressivas e disseminam a dor de suas trajetórias, em um ciclo perverso de reprodução da violência. O não reconhecimento positivo de si inscreve-se também, de forma reativa, na revolta, como falta de reconhecimento positivo do outro. Não há espaço para a transformação da dor, há uma ampliação do abismo de sofrimentos por meio da revolta. Nas falas e expressões dos jovens, essas reações parecem se constituir especialmente nas inscrições sexuadas que polarizam o masculino e o feminino, nas condições materiais de existência, nas experiências raciais e de sexualidade.

As práticas masculinas, por exemplo, vão sendo compostas por atos violentos, nas experiências de agressões provocadas por homens nos jovens e em seus familiares: como no caso dos policiais que agridem os jovens ou dos homens – parentes ou não – que agridem suas mães e os agridem, ou ainda dos pares que têm performances violentas.

Dentro desse panorama, a infração se apresenta como uma manifestação expressiva da revolta. Os jovens fazem uso desse “poder” para conquistarem outras inscrições sociais e visibilidade. Semeia-se o vazio da dor – invisível em outras formas expressivas de seus sofrimentos – por meio da revolta inscrita em furtos, roubos, estupros, assassinatos.

Will afirmou sua revolta de uma forma brutal, embora silenciase a dor que vivia. Fazendo um uso próprio de chaves de fenda e outros instrumentos, causava a dor aos outros com a prática de seus arrombamentos. Não estava lá para conferir as expressões e sensações de suas “vítimas”, simplesmente invadia o espaço delas e levava o que lhe convinha, que lhe apresentava utilidade, o que tinha significado para sua revolta. O jovem iniciou suas infrações durante o inverno chuvoso, quando não se sentia reconhecido em seu trabalho. Ele invadiu um restaurante para “saciar sua fome”.

Assim como Will, Toco também fazia recurso do arrombamento para expressar sua revolta; sons de carros, segundo seu relato, eram seu único alvo durante suas infrações. Ironicamente, esta revolta explodiu após “quebrar” um aparelho de som de um parente na casa onde morava, ser violentado pelo ato e

não ter dinheiro para custear o concerto. Para Douglas, o objetivo era ganhar dinheiro, expressando uma reação à derrocada financeira de sua mãe. Junto com colegas armados exprimiu sua revolta, exibindo suas habilidades no volante de um carro que foi roubado como parte integrante de um plano para obter o dinheiro que desejava. Já no caso de Dinho, cuja mãe havia sofrido violência sexual, a revolta do jovem foi expressa na mesma linguagem, agredindo sexualmente sua prima, o que concorreu para intensificar os conflitos de parentesco que permaneciam latentes no grupo familiar.

O poder que lhes confere a emoção da revolta é um componente importante na compreensão de suas expressões. Parece-nos, inclusive, que o exercício do poder é o que resiste à subordinação de sua condição psicossocial e sustenta a possibilidade da revolta. Assim, emoções (dor e revolta) e valores (fraqueza e poder) vão sendo tecidos conjuntamente. O vivido, o que foi construído na sua relação com a sociedade e a intensidade da revolta dá vida a expressões de poder de seus atos seja na infração “escondida” (o arrombamento), na qual não há um confronto direto com a vítima, seja no roubo, pois há um confronto direto com o outro em busca da posse de seus bens e objetos, ou na violência sexual, com o poder de transformar o outro em objeto, ou ainda no homicídio, pelo poder de retirar a vida.

A revolta carrega de sentidos a infração destes homens jovens, vibra com a insubordinação ao respeito pelos espaços do outro, seja o corpo, seja o carro, seja o dinheiro ou qualquer outra materialidade que possa expressar simbolicamente o que lhe indigna. Além disso, a insubordinação parece nunca se encerrar no momento efêmero do ato e com suas decorrentes consequências. Há uma ditadura da dor, que permanece sendo semeada nas relações de troca sociais, alimentada por sucessivas negações de identidades, e mantém uma rigidez dos repertórios expressivos dos homens jovens, pobres e negros.

O que nos surpreende é a contrapartida social dessa troca perversa, que se processa na manutenção de práticas institucionais baseadas em pedagogia violenta, no agenciamento público da segurança cidadã, que se alimenta na coerção (muitas vezes nomeada de “repressão” ao crime), que em geral reifica estigmas e preconceitos, como nas invariáveis vezes em que os policiais bateram nos jovens cujas trajetórias foram analisadas neste artigo, no momento em que foram descobertos cometendo algum tipo de infração.

A medicalização desses sintomas também é um recurso frágil, pois fragmenta a complexidade das situações vividas pelos jovens, reificando um estigma

social do sujeito “anormal” e atribuindo causas unicamente bioquímicas ou fisiológicas para um problema que é imanentemente social. Essa revolta da qual falamos não é um desarranjo de uma expressão emotiva biológica, mas é uma manifestação cultural e subjetiva de emoções que circulam em nossas relações sociais. Para transformar tal prática é necessário incidir nos contextos sociais de forma mais ampla e profunda.

Considerações finais

Como defende Rorty (1979), o conhecimento científico se produz a partir de conversações, as quais devemos manter fluindo, num infinito empenho retórico pela verdade, mas nunca com a pretensão de esgotá-la.

Com essa intenção de manter a conversação fluindo, destacamos os limites de nossas interpretações e questões produzidas a partir delas. Este artigo, longe de anunciar trajetórias de sucesso como exemplos de afetividade e efetividade das políticas públicas destinadas a esse segmento, anunciou uma tímida conquista que desaparecia na paisagem dramática da injustiça social.

Certamente, nas trajetórias dos homens jovens, negros e pobres aqui evidenciadas, a ação violenta ou a infração não são as únicas alternativas em suas vidas, mas estão inscritas profundamente em seus modos de ser e parecem constituir-se em uma tentadora alternativa – talvez hegemônica – em seu grupo social. Os episódios e experiências que foram narrados pelos jovens também comunicam alterações em suas práticas e formas de lidar com a dor, enquanto expressão que fere, e a revolta, como expressão que procura dar limite ao ferimento.

Will pareceu produzir uma análise de seus comportamentos passados com a expressão “antes eu era muito esquentado”, informando que no período de nossos encontros não se “esquentava” mais como antes. Parece haver uma mudança da chave de fenda “companheira” de arrombamentos para “a caneta e o papel”, companheiros de composição de suas letras de Rap. A música também foi um recurso expressivo utilizado por Douglas, por meio de instrumentos de sopro que lhe conferiram reconhecimento e valorização social. Os jovens também parecem ter estabelecido laços positivos com outras classes, a exemplo dos/as profissionais do Programa LA e de espaços onde fizeram cursos e/ou cumpriram prestação de serviço comunitário, que os trataram com confiança. A identificação e reconhecimento positivo pelo trabalho também tem sido uma via seguida pelos três jovens,

que apesar de comunicarem a precariedade de certas condições e relações trabalhistas, projetam seus futuros ligados ao trabalho.

Em um estudo coordenado por Assis (1999), parte dele dedicado à análise das trajetórias e caminhos trilhados por irmãos e primos não infratores de adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas, ela chegou à seguinte conclusão sobre suas histórias: “destruída no nível das relações afetivas ... poderia ser chamado de resiliente ou bem-sucedido pelos padrões sociais ... mas, ficou profundamente marcada pelas experiências que vivenciou”(1999, p. 203). Tal análise enuncia a fragilidade de práticas masculinas no lidar com a dor inscrita em sua trajetória e do vazio íntimo e social que impera em alguns padrões de vida em nossa cultura.

Talvez o caso de Dinho possa melhor expressar essa condição, com sua resignação corporal e domesticidade nas relações familiares e sociais. Após sua vivência na Unidade de Internação, o jovem parece ter dificuldades de retomar suas experiências passadas e produzir práticas autônomas. Aqui a apatia e a imobilidade mostram a contraparte da violência urbana: dilacerado internamente, ele não encontra motivação para protagonizar sua vida.

O uso de drogas contínuo (boa parte delas ilegal) de vários homens jovens pesquisados também sugere que, em algum grau, há expressões transgressoras e que a dor precisa ser trabalhada em outros níveis para que não continuem semeando sofrimentos.

Jovens como os deste estudo não devem ter uma adequação social de assujeitamento às determinações culturais, pois isso poderia perpetuar o flagelo presente na intimidade de sua vida subjetiva e das relações sociais.

Reich nos diz que: “A tendência destrutiva cravada no caráter não é senão a cólera que o indivíduo sente por causa da sua frustração na vida e da sua falta de satisfação sexual”(Reich, 2004, p. 133). Nesse sentido, acreditamos que o que está verdadeiramente em questão, mais do que o controle da violência, é a revisão das práticas sexuais violentas herdadas do modelo patriarcal e a fundamentação em bases mais sólidas de um sentido para a vida, nutrido por uma busca genuína de prazer e felicidade.

Desenvolver dispositivos de acolhimento para emoções que muitas vezes encontram-se encobertas e submersas nos atos infracionais é algo precioso para a transformação das relações e da ordem simbólica, podendo favorecer novos territórios existenciais a esses jovens e novas conjunturas sociais em nosso país. Para que possamos escutar e dar vazão às novas

emoções, de forma íntegra, respeitando as diferenças sociais, de gênero, geração ou raça/etnia, os aparatos do Estado precisam intensificar sua coerência legislativa e a práxis dos serviços públicos, nos quais ainda são tímidos os recursos e invenções criativas da militância profissional.

Finalmente, esperamos que as emoções possam ser um campo cada dia mais fértil para a intervenção e aprofundamento teórico na psicologia social e que este trabalho possa ter contribuído para tal fim.

Notas

- ¹ A Organização Mundial de Saúde define como *adolescentes* pessoas de 10 a 19 anos, *jovens* como pessoas de 15 a 24 anos e *pessoas jovens* aquelas com idade entre 10 e 24 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define como *criança* pessoas com até 12 anos de idade incompletos, e *adolescente* como aquelas entre 12 e 18 anos. Nos casos expressos em lei, o ECA pode ser aplicado também às pessoas entre 18 e 21 anos de idade incompletos, como no caso de jovens que ainda estão em cumprimento de medidas socioeducativas mesmo já tendo ultrapassado os 18 anos. O UNICEF, por sua vez, define criança como todo ser humano até 18 anos, incluindo aí os adolescentes. Há uma diversidade conceitual do campo de estudos sobre adolescência e juventude seja pela variação de faixa etária, seja também pelos significados atribuídos aos termos adolescente e jovem. Em nosso trabalho priorizamos o uso do termo jovem pela literatura atribuir significados mais positivados, (como independência, criatividade e responsabilidade) (UNICEF, 1997; Villela & Doreto, 2006).
- ² O Programa LA fazia parte da Secretaria de Políticas Sociais e era responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto, acompanhando os adolescentes e seus familiares que eram sentenciados ao cumprimento da Liberdade Assistida e/ou a Prestação de Serviço Comunitária. O período de acompanhamento variava de três meses até cerca de 3 anos. Atualmente, o acompanhamento das medidas socioeducativas no município ocorre via Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).
- ³ Ao longo do artigo, todos os nomes utilizados para se reportar às histórias de vida desses jovens serão fictícios, visando a resguardar a identidade de acordo com os padrões éticos de pesquisa com seres humanos.
- ⁴ A exemplo da Sociedade Brasileira da Dor (<http://www.dor.org.br/>) e da Sociedade Internacional da Dor (à qual a Sociedade Brasileira é filiada). Congregam profissionais de fisioterapia, ortopedia e outras especialidades médicas afins.
- ⁵ A maior parte desses especialistas tem uma dedicação mais aproximativa da dor física (dedicando a produção de conhecimentos e tratamentos de lesões e fraturas corporais). Mesmo com uma dedicação prioritária a lesões ósseas e de tecidos do corpo biológico, tais especialistas também reconhecem influências sociais e psicológicas da dor. Isso pode ser comprovado em uma página do site que trata dos fatores causadores da dor: http://www.dor.org.br/dor_fatores.asp

⁶ Expressão utilizada pelos sujeitos pesquisados para se referir à necessidade de ajuda diante de um sofrimento físico agudo.

Referências

- Adorno, S. (2000). Adolescentes, crime e violência. In H. W. Abramo, M. V. Freitas, & M. P. Sposito (Orgs.), *Juventude em Debate* (pp. 97-110). São Paulo: Cortez.
- Almeida, M. (1995). "Introdução". In M. V. Almeida, *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade* (pp. 13-20). Lisboa: Fim de Século.
- Assis, S. G. (1999). *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Barreto, A. F. (2007). *Gênero, corpo, emoções e medidas socioeducativas: uma aproximação da violência urbana*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Barros, F. O. (2003). *Tô fora: o adolescente fora da lei*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Batista, L. E. (2005). Masculinidade, raça/cor e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 71-80.
- Bourdieu, P. (2003). *Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brito, L. M. T. (Coord.). (2000). *Responsabilidades: ações sócio-educativas e políticas públicas para infância e juventude no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Connell, R. (1995). "Políticas da masculinidade". *Educação e Realidade*, 2(20), 185-206.
- Costa, J. F. (1996, 18 de fevereiro). A inútil dureza da condição masculina. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, pp. 5-7.
- Diógenes, G. (1998). *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto.
- Duarte, L. F. D. (1998). Investigação antropológica sobre doença, sofrimento e perturbação: uma introdução. In L. F. D. Duarte & O. F. Leal (Orgs.), *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas* (pp. 9-27). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Ferreira, A. B. H. (1985). *Minidicionário Aurélio*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro.
- Figuerola-Perea, J. G. (1998). "Algunos elementos para interpretar la presencia de los varones en los procesos de salud reproductiva". *Cadernos de Saúde Pública*, 14(Supl. 1), 87-96.
- Gregori, M. F. (1989). Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. *Novos Estudos CEBRAP*, 23, 163-175.
- Jaggar, A. M. (1997). Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In A. M. Jaggar & S. R. Bordo, *Gênero, corpo e conhecimento* (pp. 157-185). Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos.
- Lane, S. T. M. (2003). Emoções e pensamentos: uma dicotomia a ser superada. In A. M. B. Bock (Org.), *A perspectiva sócio-histórica na formação em Psicologia* (pp. 100-112). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Leal, O. F. & Boff, A. M. (1996). Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In R. Parker & R. M. Barbosa (Orgs.), *Sexualidades brasileiras* (pp. 119-135). Rio de Janeiro: Relume Dumará/ABIA/ IMS/UERJ.
- Mauss, M. (1981). A expressão obrigatória dos sentimentos. In S. A. Figueira (Org.), *Psicanálise e Ciências Sociais* (pp. 56-63). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Medrado, B. & Lyra, J. (2003). Nos homens, a violência de gênero. In Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, *Programa de Prevenção Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher* (pp. 21-26). Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para a Mulher.
- Medrado, B. & Lyra, J. (2008, setembro/dezembro). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809-840.
- Medrado, B. & Spink, M. J. P. (1999). Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (pp. 41-61). São Paulo: Cortez.
- Minayo, M. C. S. (2005). Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 23-26.
- Nascimento, P. F. G. (1999). *Ser homem ou nada: diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Quadros, M. T. & Lewis, L. (Orgs.). (2011a). *Homens e dinâmicas culturais: saúde reprodutiva, relações raciais, violência*. Recife: Editora da UFPE.
- Quadros, M. T. & Lewis, L. (2011b). Introdução: o poder da dominação – estudos de gênero, homens e dinâmicas culturais. In M. T. Quadros & L. Lewis (Orgs.), *Homens e dinâmicas culturais: saúde reprodutiva, relações raciais, violência* (pp. 11-23). Recife: Editora da UFPE.
- Reich, W. (1995). *Análise do caráter*. São Paulo: Martins Fontes.
- Reich, W. (2004) *A função do orgasmo*. São Paulo: Brasiliense.
- Rezende, C. B. (2002). Mágoas de amizade: um ensaio em antropologia das emoções. *Mana*, 8(2), 69-89.
- Ribeiro, L. (2006). *Meninos bandidos: interfaces entre criminalidade e identidade masculina em homens jovens*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Rocha, E. (2002). *Mapeamento nacional da situação das Unidades de execução da medida socioeducativa de privação de liberdade ao adolescente em conflito com a lei*. Brasília, IPEA/DCA-MJ. Acesso em 13 de junho, 2013, em http://portal.sdh.gov.br/clientes/sedh/sedh/spdca/prosinase/Pesquisas_MSE/spdca/prosinase/Pesquisas_MSE/mape/
- Rorty, R. (1979). *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton University Press.
- Sawaia, B. B. (2007). Teoria laneana: a univocidade radical aliada à dialética-materialista na criação da psicologia social histórico-humana. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 81-89.
- Schraiber, L. B., Gomes, R., & Couto, M. T. (2005). Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 7-17.
- Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria de Direitos Humanos. (2009). *Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei*. Brasília, DF: Autor. Acesso em 10 de fevereiro, 2012, em http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/Levantamento_Nacional_SINASE_2009_SDH_SNPDCA.pdf
- Soares, L. E. (2000). *Meu Casaco de General*. Companhia das Letras: São Paulo.

Souza, E. R. (2005). Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 59-70.

Souza, E. R. & Lima, M. L. C. (2006). Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Supl.), 1211-1222.

Unicef. (1997). *Youth Health for a change a Unicef notebook on programming for young people's health and development*. New York: Unicef HQ.

Villela, W. V. & Doreto, D. T. (2006, novembro). Sobre a experiência sexual dos jovens. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(11), 2467-2472.

Zaluar, A. (1999). Violência e crime. In S. Miceli (Org.), *O que se ler na Ciência Social Brasileira* (pp. 15-107). São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS; Brasília, DF: CAPES.

Recebido em: 15/06/2010

Revisão em: 13/03/2011

Aceite em: 08/05/2012

Alexandre Franca Barreto é Professor Assistente do Colegiado de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Professor e Membro do Comitê Gestor da Residência Multiprofissional em Saúde da Família - UNIVASF em parceria com a Escola de Saúde Pública

do Estado da Bahia e a Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro/BA. Especialista em Psicologia Clínica e Mestre em Antropologia. Endereço: UNIVASF. Av. José de Sáa Maniçoba, S/N. Centro. Recife/PE, Brasil. CEP 56304-917. Email: alexandre.barreto@univasf.edu.br

Benedito Medrado é Professor Adjunto do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Mestre e Doutor em Psicologia Social. Email: beneditomedrado@uol.com.br

Marion Teodósio de Quadros é Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais, Antropologia e Museologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Antropologia e Doutora em Sociologia. Email: marionteodosio@yahoo.com

Como citar:

Barreto, A. F., Medrado, B., & Quadros, M. T. (2013). Dor, revolta e outros matizes: análises político-afetivas da violência urbana. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 342-352.